

Interior tem falta de medicamentos e caso chega ao Tribunal de Contas

Deputada solicita auditoria ao TCE-SP após denúncias de desabastecimento

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) acionou o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), denunciando falhas graves e persistes no fornecimento de medicamentos essenciais no interior paulista.

A denúncia reúne relatos de municípios de diferentes regiões do estado, como Presidente Prudente, Jundiaí, Votorantim, Mogi Guaçu, entre outras. O problema também foi registrado em cidades da Região Metropolitana de Campinas, como Sumaré e Indaiatuba. Segundo as informações, prefeituras e gestores municipais relatam dificuldades recorrentes para manter estoques mínimos, agravadas por atrasos nas entregas e pela falta de previsibilidade no abastecimento.

Problema estrutural

De acordo com a parlamentar Erika Hilton, a falta de remédios não se limita a situações pontuais, mas configura um problema estrutural que vem se repetindo desde 2025, com reflexos observados também no início de 2026. Pacientes chegam a ficar semanas ou até meses sem acesso a medicamentos indispensáveis para o tratamento de doenças graves, como câncer, diabetes, Alzheimer, Parkinson, epilepsia e outros



“Isso é grave, é um crime contra a saúde pública”, afirmou a deputada Erika Hilton

quadros que exigem uso regular e ininterrupto de fármacos.

“São remédios que não podem ter o tratamento interrompido. Até antipsicótico está faltando no interior paulista. Isso é grave, é um crime contra a saúde pública”, afirmou Erika Hilton.

Segundo a deputada, a interrupção desses tratamentos pode provocar agravamento do quadro clínico, gerar sequelas irreversíveis e representar risco concreto à vida dos pacientes atendidos pelo SUS.

Responsabilidade

Na representação encaminhada ao TCE-SP, a deputada destaca que os medicamentos em falta integram o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), cuja responsabilidade pela compra, planejamento, manutenção de estoques e distribuição é do governo estadual.

De acordo com as informações divulgadas, a recorrência do desabastecimento evidencia falhas na gestão da política de assistência farmacêutica em SP.

Judiciário

Outro ponto enfatizado no documento é o aumento da judicialização da saúde no estado. De acordo com a parlamentar, a ausência de medicamentos tem levado pacientes a recorrerem ao Judiciário para garantir acesso a tratamentos que deveriam ser fornecidos regularmente, o que, segundo ela, é um reflexo direto das deficiências na execução da política pública.

Agravamento

A situação, segundo a depu-

tada, se agravou após a extinção da Fundação para o Remédio Popular (FURP), proposta pelo governo estadual e aprovada no segundo semestre de 2025 pela Assembleia Legislativa de São Paulo. A fundação tinha papel estratégico na produção e no abastecimento de medicamentos. Desde o encerramento de suas atividades, secretarias municipais de saúde relatam atrasos, dificuldades logísticas e maior vulnerabilidade, especialmente em cidades do interior com menor capacidade administrativa e orçamentária.

Erika Hilton chama atenção para a coincidência temporal entre o fim da FURP e o agravamento do desabastecimento, defendendo que esse processo seja apurado de forma técnica e rigorosa. Para ela, é necessário verificar se houve planejamento adequado para evitar prejuízos à população dependente do CEAF.

Encaminhamentos

De acordo com as informações, diante da gravidade do cenário, a deputada solicitou ao TCE-SP a realização de uma auditoria extraordinária para investigar a gestão do programa, o planejamento, a execução orçamentária, a logística, a governança e os impactos da extinção da FURP no fornecimento de medicamentos.

Funcionários de hospital recebem salários atrasados

Na segunda-feira, dia 12 de janeiro, no município de Votorantim, os funcionários do Hospital Municipal começaram a receber os salários atrasados.

Segundo as informações, o pagamento começou a ser feito aos trabalhadores depois que o governo Weber Manga (Republicanos) efetuou o repasse que devia ao Instituto Moriah, gestor da unidade de saúde.

Pressão

Além disso, o recebimento dos salários foi iniciado às vésperas de vencer um aviso de greve emitido pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde Particulares, o Sinsaúde.

Os salários estavam atrasados desde o dia 7. “Mais do que os alguns dias do atraso atual, o que tem causado revolta e transtornos para os trabalhadores é a insegurança em



Instituto Moriah

Atrasos ocorreram na maior parte do ano passado

relação à data de pagamento. Durante a maior parte de 2025 houve atrasos porque a prefeitura demorou para fazer o repasse para a empresa terceirizada”, explica Milton Sanches, presidente do Sinsaúde.

Segundo ele, um dos resultados positivos da mobilização recente

foi a inclusão dos trabalhadores terceirizados do Instituto Moriah no pagamento dos salários. Profissionais das áreas de cozinha, limpeza e operadores de Raio-X, que também enfrentavam atrasos, iniciaram o recebimento dos valores nesta segunda-feira.

Botucatu terá ação de vacinação em massa

No dia 18 de janeiro, o município de Botucatu dará início a uma nova etapa de imunização contra a dengue, como parte de uma ação intensificada conduzida pela Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB/Unesp), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

A iniciativa é voltada a moradores entre 15 e 59 anos, que receberão a nova vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan, com foco em ampliar rapidamente a proteção coletiva.

Cobertura

O objetivo é alcançar cerca de 90% desse público, estimado em aproximadamente 80 mil pessoas. Além da aplicação das doses, o plano prevê a análise dos efeitos dessa imunização acelerada na redução da circulação do vírus e de seus diferentes sorotipos. Para isso, a FMB passará a

acompanhar de forma detalhada os casos registrados na cidade, com base em exames laboratoriais e monitoramento contínuo.

Logística

Botucatu foi definida como local da ação devido à experiência técnica e à estrutura já consolidada para esse tipo de operação. O município também apresentou, no último ano, a circulação do sorotipo DENV-3, associado ao aumento de notificações da doença. No dia da campanha, todas as Unidades Básicas de Saúde e o Espaço Saúde funcionarão das 8h às 17h.

A orientação é que cada pessoa procure, preferencialmente, a unidade de referência do seu bairro, facilitando o fluxo de atendimento. Para a vacinação, será exigida a apresentação de documento com foto, CPF e comprovante de residência.